

A crítica roda em seus eixos: As Ideias em Deleuze e Kant

Ádamo Bouças Escossia da Veiga¹

Resumo

O presente estudo pretende analisar a relação da dialética das Ideias de Gilles Deleuze, como desenvolvida em “Diferença e Repetição”, a partir das Ideias transcendentais de Kant. Pretendemos argumentar que Deleuze retrabalha tais conceitos dentro do escopo geral de uma reversão da crítica kantiana, na qual a identidade como fio condutor da filosofia de Kant é substituída pela diferença. Para tal, a indeterminação, determinabilidade e determinação das Ideias kantianas, as suas três principais características segundo a linha interpretativa de Deleuze, é reconceptualizadas na unidade problemática e virtual do seu conceito próprio de Ideia. Desse modo, veremos como Deleuze responde, em seu sistema filosófico, às objeções que ele levanta contra Kant.

Palavras chave: Kant, Deleuze, Ideia, Imanência, Crítica.

Abstract

The present paper aims to study the relation between Deleuze dialectics of Ideas, as developed in “Difference and Repetition”, through Kant’s transcendental Ideas. We argue that Deleuze re-works Kant’s Ideas inside a general project of a reversion of the German philosopher’s critique in which the notion of identity, taken as the guideline of Kant’s philosophy, is substituted for an immanent notion of difference. For such, the indetermination, determinability and the determination of the Kantian Ideas , their main character according to Deleuze’s interpretation, are re-conceptualized in a problematic and virtual unity able to reunite these three ideal moments. Therefore, we shall see how Deleuze answers, in his own philosophical system, the objection that he raises regarding the philosophy of Kant.

Key-Words: Deleuze, Kant, Ideas, Immanence, Critique.

Introdução

O presente trabalho pretende uma exposição e análise do conceito de Ideia proposto por Deleuze a partir da sua reconceptualização das Ideias transcendentais kantianas. “Diferença e Repetição”², candidato contundente a magnum opus

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação da PUC-RJ. Mestre em Filosofia com ênfase em Ética e Filosofia Política.

² Deleuze, G.,2000.

deleuziana, pode ser considerada uma nova “Crítica da Razão Pura”³, na qual o pressuposto da unidade e da identidade, como onipresente na crítica kantiana, dá lugar à diferença. A relação de Deleuze com Kant possui uma ambiguidade interessante: por um lado, ele é descrito como um “inimigo”⁴, mas, por outro é certo que a filosofia kantiana foi uma fonte extremamente relevante para o seu próprio projeto filosófico. Deleuze louva Kant por ter sido o primeiro a explorar o “campo do transcendental”, mas não deixa de ver nessa descoberta uma insuficiência a qual sua própria obra pretende responder.

Neste estudo, pretendemos demonstrar como o sistema filosófico de Deleuze, quase dois séculos após a crítica, opera uma revolução dentro da revolução kantiana. Não se trata de uma filosofia pré-crítica, e, assim, passível da alcunha de ingênuo ou dogmática; antes, Deleuze se reporta a problemas diretamente críticos, pretendendo realizar um prodigioso giro de cento e oitenta graus na revolução copernicana de Kant. Deleuze procura radicalizar a crítica em seu próprio seio, sua filosofia, então, se inserindo, como bem aponta Kerslake⁵, no conjunto de problemas filosóficos que se seguiram a crítica kantiana.

Deleuze, desse modo, pretende realizar uma reinscrição ontológica das Ideias transcendentais kantianas, no qual a sua transcendentalidade é deslocada em prol de uma conceptualização imanente da Ideia. Com isso, a imagem moral⁶ ainda presente na filosofia de Kant se vê superada, os pressupostos morais e o caráter reconciliador⁷ do projeto kantiano dando lugar uma gênese imanente.

2. As Ideias Transcendentais de Kant

³ Smith, D., 2012, p.118

⁴ Deleuze, G., 2013, p.14

⁵ Kerslake, C., 2009.

⁶ A relação de Kant com a “imagem moral do pensamento” é trabalhada sob a égide de uma “ambiguidade.” Kant teria descoberto ferramentas para a sua superação, mas não teria ido o suficiente longe, tal como o próprio Deleuze pretende fazer a partir dos mecanismos dispostos pela crítica. (Deleuze, G., 2000, p. 234-237)

⁷ O caráter conciliador da crítica kantiana é expresso por Deleuze com clareza e também ironia na seguinte passagem: “[...] será que o leitor realmente acredita seriamente que na Crítica da Razão Pura, ‘a vitória de Kant contra a dogmática dos teólogos (Deus, alma, imortalidade) tenha atacado o ideal correspondente’, e será que pode se acreditar mesmo que Kant tenha tido a intenção de ataca-lo? Quanto a Crítica da Razão Prática, Kant não confessa logo nas primeiras páginas que não se trata absolutamente de uma crítica? Parece que Kant confundiu a positividade da crítica com um humilde reconhecimento dos direitos do criticado. Nunca se viu crítica total mais conciliatória, nem crítico mais respeitoso. (Deleuze, G., 1974, p. 43)

Em Kant, as Ideias são o objeto próprio da faculdade da razão. Essa nada mais é do que a produção de problemas, Ideias e ilusões. As Ideias são os conceitos puros da razão pura em sua crítica, distintas dos conceitos do entendimento e incumbidos de lhe dar o máximo de unidade sistemática. Em Kant, ao longo da crítica, temos um ímpeto faraônico. Trata-se de estabelecer uma pirâmide, uma arquetônica: em sua base, as intuições sensíveis e sua multiplicidade; o entendimento, com as suas categorias, unificando esta multiplicidade através das suas sínteses e dos seus esquemas (a partir da imaginação); por fim, a razão, unificando o uso do entendimento, levando todas as faculdades ao máximo de unidade. É da natureza da razão procurar o máximo de unidade, máximo de sistematicidade entre os fenômenos, mas este máximo justamente não pode ser objeto de nenhuma experiência possível.

Assim, através das Ideias da razão, Kant, finalmente, acaba por nos autorizar um salto para além da experiência possível. A totalidade das condições daquilo que é dado é o objeto da Ideia e, ela, enquanto exprimindo a condição última (o incondicionado) de toda experiência, não pode ser ela mesma, experienciada.⁸ No entanto, pode ainda ser pensada, deve ser pensada, por uma necessidade instintiva do próprio espírito (*metaphysica naturalis*)⁹. Deste modo, “as Ideias transcendentais exprimem, pois, a destinação própria da razão, a saber, de um princípio de unidade sistemática do uso do entendimento.”¹⁰

A ideia se define, em Kant, como aquilo que responde a necessidade de se pensar “[...]totalidade das condições para um condicionado dado.” Mais ainda, responde a necessidade de se pensar (especulativamente) a gênese do próprio condicionado, “visto que unicamente o incondicionado torna possível a totalidade das condições.”¹¹ A razão, então, é a faculdade do salto: relativiza a precaução crítica, saltando para além da experiência possível e daquilo que a condiciona, o entendimento, para o misterioso além do continente ininteligível onde, e apenas onde, o primeiro pode obedecer a sua máxima unidade, mesmo que de forma especulativa e meramente pensável, mesmo que de forma

⁸ É preciso notar aqui, que o uso legítimo das categorias do entendimento só se diz a partir da intuição sensível. Um conceito sem intuição é vazio, da mesma forma que a intuição sem o entendimento é um mero caos. “Sem a sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; sem o entendimento, nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas. Pelo que é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos).” (Kant, I., [1781/ 1787], 2001, p. 115; A52 B76) Neste sentido, temos uma inflexão relevante na noção de Ideia uma vez que ela demanda um uso do pensamento que, se mantendo significativo, ainda assim vai para além da intuição sensível.

⁹ Ibidem, p.76 B21

¹⁰ Kant, I., [1783] 1988, p. 71

¹¹ Kant, I., [1781/1787], 2001, p. 340 A323/ B 379

não cognitiva e determinável. Lá, o pensamento pode encontrar, ainda que de forma problemática, o “conceito de incondicionado enquanto contém um fundamento da síntese do condicionado.”¹²

Mas, se o objetivo da crítica é o de deslegitimar a pretensão dogmática de um conhecimento das coisas-em-si para além das suas manifestações para nós, de forma a trazer o pensamento para dentro de si mesmo, restrito ao seu uso imanente, à sua aplicação na experiência, qual o estatuto da Ideia sem intuição possível correspondente? Este estatuto é de um uso transcendente e regulativo, intimamente distinto do uso imanente das categorias.¹³ A crítica, com efeito, denuncia o abuso do uso transcendental do entendimento, na medida em que tal erro consiste na projeção da natureza do fenômeno na coisa-em-si; mas, por outro lado, sob a guia da crítica, podemos pensar de forma problemática e especulativa determinados princípios tais como se fossem reais para além da experiência.

De fato, o conhecimento vai apenas até as coisas para nós, tal como se apresentam; mas, a razão precisa ir mais longe pela sua própria natureza e, neste sentido, podemos segui-la, contanto que, tomemos a devida precaução e não atribuamos ao caráter especulativo de tal movimento, a sua necessidade meramente subjetiva, a forma da realidade numênica. As Ideias constituem ilusões transcendentais: um “como se” necessário. São ilusões objetivas¹⁴ na medida em que correspondem a uma demanda concreta da faculdade da razão. Trata-se, ainda, não de um conhecimento do além de nós, mas de uma especulação cautelosa que se indaga apenas como este para

¹² Idem, p. 340 B 379

¹³ “Queremos denominar *imanes* os princípios cuja aplicação se mantém completamente nos limites de uma experiência possível; *transcendentes*, porém, aqueles princípios que devem sobrepassar tais limites. Mas por estes não entendo o uso ou o abuso *transcendental* das categorias, que é um mero erro da faculdade de julgar, quando esta é insuficientemente refreada pela crítica e não bastante atenta aos limites do único terreno em que se pode exercitar o entendimento puro; refiro-me a princípios efetivos, que nos convidam a derrubar todas essas barreiras e passar a um terreno novo, que não conhece, em parte alguma, qualquer demarcação. Eis porque transcendental e *transcendente* não são idênticos.” (Ibidem, p. 323; A297 B353)

¹⁴ Deve-se sublinhar a diferença entre ilusão e erro. Um erro empírico é quando a faculdade da imaginação escapa ao império do entendimento, se excedendo em seu uso sob o influxo de uma conjunção externa sensível. É subjetivo. A ilusão, ao contrário, é interna e objetiva, interna, pois não requer a influência da sensibilidade e objetiva, pois tem validade universal. (Kant, I, [1787] 1996, p. 230; A293 B350)

além de nós deve ser suposto. É neste sentido que Kant atribui as Ideias um uso regulativo, distinto do uso constitutivo do entendimento.¹⁵

Neste ponto, é necessário frisar o caráter problemático das Ideias. Em Kant, “problemático” significa um tipo de juízo de acordo com a seguinte definição: “Chamo problemático a um conceito que não contenha contradição e que, como limitação de conceitos dados, se encadeia com outros conhecimentos, mas cuja realidade objetiva não pode ser de maneira alguma conhecida.”¹⁶ Trata-se de um tipo de juízo referente a conceitos não contraditórios em si mesmos, mas que, no entanto, tem sua efetiva organização e derivação possível em outros conceitos de forma indeterminável dentro do escopo da experiência. O problemático, no que tange as Ideias, contudo, não é uma indeterminação por deficiência, algo passível de supressão no desenvolvimento do saber e da ciência, mas um limite intrínseco à nossa capacidade de conhecer. É um conceito referente ao indecível e ao indeterminado na medida em que a experiência não pode ser chamada para decidir. Mas, para Kant, a Razão não pode se eximir desta decisão, não suporta se manter em suspensão agnóstica em relação a certos temas fundamentais que, como veremos, são os objetos das três Ideias Transcendentais. A função da Ideia será justamente a de decidir a solução deste problema segundo a universalidade da própria Razão. Este indecível é, com efeito, o réu no Tribunal da Razão. ¹⁷

Deleuze, acerca desse tema, nos diz que as Ideias possuem três características centrais: “indeterminada em seu objeto, determinável em relação aos objetos da experiência, contendo o ideal de uma determinação infinita em relação aos conceitos do entendimento.”¹⁸ Estas se encarnariam nas três ideias: “o Eu é sobretudo indeterminado, o Mundo é determinável e Deus é o ideal da determinação.”¹⁹ Haveria, para Deleuze, uma insuficiência nesta disposição conceitual das Ideias e ela será objeto

¹⁵ “Por isso, afirmo que as ideias transcendentais não são nunca de uso constitutivo, que por si próprio forneça conceitos de determinados objetos e, no caso de assim serem entendidas, são apenas conceitos sofisticados (dialéticos). Em contrapartida, têm um uso regulador excelente e necessariamente imprescindível, o de dirigir o entendimento para um certo fim, onde convergem num ponto as linhas diretas de todas as suas regras e que, embora seja apenas uma idéia (*focus imaginarius*), isto é, um ponto de onde não partem na realidade os conceitos do entendimento, porquanto fica totalmente fora dos limites da experiência possível, serve todavia para lhes conferir a maior unidade e, simultaneamente, a maior extensão.” (Kant, I., [1781/ 1787], 2001, p. 546; A645 B673)

¹⁶ Ibidem, p. 296 A255/ B310

¹⁷ “Pode considerar-se a Crítica da Razão Pura o verdadeiro tribunal para todas as controvérsias desta faculdade [da razão], porque não está envolvida nas disputas que se reportam imediatamente aos objetos, mas está estabelecida para determinar e para julgar os direitos da razão em geral, segundo os princípios da sua instituição primeira.” Ibidem, p. 616; A751 B779

¹⁸ Deleuze, G, 2000, p.285

¹⁹ Ibidem, p. 286

de sua crítica e da conseqüente reconceptualização ontológica operada pelo autor. Antes de entrarmos nesse ponto, exporemos cada uma dessas características.

A Ideia, para Kant é indeterminada em seu objeto pelo fato de ela se situar para além das condições da experiência possível. Não pode ser objeto de um conhecimento determinado, pois a totalidade das condições não está ela mesma nas séries das condições – a experiência sensível –, mas, antes, só pode ser inferida a partir de um processo ascendente de derivação silogística. O entendimento, com efeito, determina a possibilidade dos objetos através do esquematismo, mas a faculdade da razão, por sua vez, opera sobre o próprio entendimento, não permitindo, assim, que os seus conceitos sejam determinantes, constitutivos, em relação à experiência: “[...] os princípios da razão pura, em relação aos conceitos empíricos, nunca podem ser constitutivos, porque não pode dar-se lhes nenhum esquema correspondente da sensibilidade e não podem, por conseqüente, ter nenhum objeto in concreto.”²⁰

A unidade do Eu ou da Alma é a Ideia concomitante: esta unidade é essencialmente indeterminada. Trata-se da necessária suposição de uma unidade incondicionada do Eu (transcendental e não empírico), remetida a uma noção de substância. É partir da categoria pura do entendimento de inerência e subsistência que a razão opera sua hipóstase, culminando na necessária suposição de uma unidade inerente no qual os predicados, no caso, as experiências, pensamentos, estados subjetivos, adeririam. A alma é aquilo que tenho que pensar sob a forma da minha própria unidade enquanto substrato para os predicados e representações que nela tem lugar.²¹ Segunda esta Ideia, dita psicológica, devemos supor

[...] todos os fenômenos, todos os atos e toda a receptividade do nosso espírito, como se este fosse uma substância simples, que existe com identidade pessoal (pelo menos em vida), enquanto mudam continuamente os seus estados, entre os quais se encontram os do corpo, mas como condições apenas externas. ²²

²⁰ Kant, I., [1781/1787] 2001, p. 559, A 665/B 693

²¹ “Se quero investigar as propriedades com que um ente pensante existe em si, tenho que interrogar a experiência e não posso aplicar a esse objeto nenhuma dentre todas as categorias senão na medida em que o seu esquema seja dado na intuição sensível. Deste modo, contudo, jamais alcanço a unidade sistemática de todos os fenômenos do sentido interno. Portanto, ao invés do conceito da experiência (daquilo que a alma realmente é) que não pode levar-nos adiante, a razão toma o conceito da unidade empírica de todo o pensamento, e pelo fato de pensar, esta unidade de um modo incondicionado e originário, faz de seu conceito um conceito racional (Ideia) de uma substância simples, que esteja em si mesma, fora de uma tal unidade empírica, em comunidade com outras coisas reais; em outras palavras, faz dele um conceito de uma substância simples e subsistente por si.” (Kant, I., [1787] 1996, p. 413 A683 B711)

²² Ibidem, p. 563, A 672/B 700

A Ideia, por conseguinte, é indeterminado em seu objeto, mas não por isso deixa de ser determinável por analogia aos objetos da experiência. Essa analogia se relaciona às inferências silogísticas ascendentes. Para Kant, o que importa de forma central não é mais a derivação da premissa maior para a conclusão, mas, como a partir da conclusão e das premissas menores, podemos chegar a premissas cada vez maiores. É um movimento do dado condicionado para a condição incondicionada. Da conclusão do silogismo, vamos ao incondicionado último. Movimento ascendente e não descendente no qual, a partir dos objetos da experiência dados conceitualmente sob a égide do entendimento, pode-se ir até às Ideias regulativas enquanto incondicionado responsável (especulativamente) pelas séries dos objetos dados. Assim, “as Ideias transcendentais servem somente para ascender, na série das condições, até o incondicionado, isto é, até os princípios.”²³

A Ideia cosmológica, por sua vez, contém a totalidade absoluta da série das condições dos objetos empíricos e suas derivas causais. Trata-se do Mundo enquanto “conjunto de todos os fenômenos.”²⁴ Esta Ideia parte da hipóstase do juízo hipotético e da categoria de causalidade e dependência: com base nesta, de um efeito supõe-se uma causa e dela outra e outra, indefinidamente. Nesse ínterim, levantam-se especulações variadas sobre a origem ou infinidade do mundo, trabalhadas por Kant nas Antinomias da Razão Pura. A sua conclusão é que essas questões, em seus debates infindos, se dá pela confusão entre coisa em si e fenômeno, sendo a causalidade tal como manifesta corporalmente pertencente ao domínio fenomênico e apenas a ele. Assim, seria desprovido de sentido o indagar-se, sob o ponto de vista do conhecimento, acerca da sucessão infinita de causas. No entanto, deve-se supô-la especulativamente como passível de uma regressão e progressão infinitas. Isso não permite que se suponha um incondicionado como motor primeiro na série de causas, se não na medida em que ele se situe fora da cadeia casual: o fundamento da ordem e sucessão da série dos fenômenos não pode ser ele mesmo nenhum fenômeno. A demanda por um incondicionado como condição da sucessão indeterminada das séries causais na experiência não pode estar ela própria nestas séries, seja como termo último ou primeiro²⁵.

²³ Ibidem, p.349, A 337/B 394

²⁴ Ibidem, p.347, B 392 A 335

²⁵ “A totalidade absoluta das séries dessas condições, na derivação dos seus membros, é uma idéia que, embora nunca possa realizar-se por completo no uso empírico da razão, serve contudo de regra para proceder em relação a ela, ou seja, na explicação dos fenômenos dados (no regresso ou no progresso): *como se* a série fosse em si infinita (isto é, *in indefinitum*)” (Ibidem, p. 57, A 685 B 713)

Trata-se, na Ideia cosmológica, de uma determinabilidade a partir dos objetos da experiência na medida em que é a partir da presença da causalidade na empiria que se pode prolongar indefinidamente a série dos fenômenos ao ponto de ser necessário supor o seu conjunto integral. Ademais, o mundo como totalidade da experiência só pode ser ele mesmo pensável em relação a essa própria experiência: é apenas através dela, tanto no que tange ao conceito de Ideia em geral na ascensão silogística, tanto quanto no Mundo em sua pluralidade fenomênica, que se pode pensar (não conhecer) a totalidade das séries.

A Ideia enquanto determinação infinita a partir dos conceitos do entendimento refere-se a hipóstase dos juízos disjuntivo e da categoria de comunidade, referentes à interação causal entre as substâncias. Não se trata apenas de uma Ideia, mas de um Ideal na medida em que oferece o fundamento especulativo para determinação conceitual completa na experiência em sua especificidade individuada: “ideal é o que entendo pela ideia não somente in concreto, mas, in individuo, isto é, como coisa singular determinável ou absolutamente determinada apenas pela ideia.”²⁶

Kant supõe a determinação de algo em sua concretude a partir de um processo de exclusão. Determinada coisa é na medida mesma em que não é todas as outras, os seus predicados determinando-a na medida em que excluem os demais que lhe seriam contraditórios. Aqui, o juízo disjuntivo é o índice da hipóstase. Trata-se do princípio da “determinação completa, segundo o qual, lhe deve convir um predicado entre todos os predicados possíveis das coisas, na medida em que são comparados com os seus contrários.”²⁷ Isto supõe uma totalidade dos predicados possíveis, segundo a qual cada conceito é, pelos demais, limitado; apenas mediante uma realidade total é possível que por limitação se opere a determinação conceitual de algo com seus predicados individuais. Assim, a totalidade é condição de determinação predicativa para os conceitos e objetos em sua possibilidade mesma. Como coloca Lebrun, “a disjunção exaustiva A ou não A agora é transferida para não importa qual determinação X em relação a todas as coisas.”²⁸

Deus é a condição dessa totalidade, como condição última de todo condicionado, inteligência organizadora do Mundo. Se a determinação completa requer um princípio de disjunção referido à totalidade dos possíveis, essa totalidade não pode ser da ordem

²⁶Ibidem, p. 497, A568 B596

²⁷Ibidem, p.499, A 572 B600

²⁸ Lebrun, G.,2002, p. 188

do fenômeno, o que revela a Ideia cosmológica. Assim, Deus é necessário como fundamento incondicional da ordem de condições e como substrato único da realidade em sua completude: Deus como *ens realissimum* no qual estão contidos todos os possíveis²⁹. Deus não pode estar nas séries causais, mas estando fora dela, deve ser suposto como aquilo que é capaz de impor a ordem necessária e organizada do processo de determinação disjuntiva dos predicados possíveis em relação aos conceitos do entendimento. A determinabilidade completa dos objetos no Mundo requer a existência de Deus. Do mesmo modo que a unidade é suposta em todos os níveis da crítica, da intuição ao entendimento, do entendimento à razão, a própria Ideia supõe um termo último enquanto totalidade máxima identitária, o seu Ideal como ponto culminante de um processo que vai da alma a Deus passando pelo Mundo.

Desse modo, sem um ordenador a natureza seria ininteligível, a sua harmonia aparente seria inconcebível; que a determinação seja completa significa necessariamente uma ordem articulando às limitações dos possíveis ou capaz de subsumi-la ao modo de um entendimento. Deus é a necessária pressuposição de uma ordem e de uma teleologia na natureza como condição do máximo de unidade da mesma:

A mais alta unidade formal, que repousa unicamente nos conceitos da razão, é a única coisa conforme a um fim; e o interesse especulativo da razão torna necessário encarar toda ordem no mundo como se brotasse da intenção de uma razão mais elevada que todas. Um tal princípio abre perspectivas totalmente novas à nossa razão aplicada no campo da experiência, ou seja, de conectar as coisas do mundo segundo leis teleológicas e desse modo alcançar a sua máxima unidade sistemática.³⁰

Assim podemos ver como o Eu é indeterminado tal como a Ideia em seu objeto; o mundo é determinável assim como a Ideia a partir da derivação silogística. E Deus guarda um ideal de determinação completa na medida mesma que garante a totalidade dos possíveis e a unidade do mundo segundo uma ordem.

3. As Ideias em Deleuze

²⁹ ²⁹ Kant, I., [1781/1787] 2001, p. 502, A576 B 604

³⁰ ³⁰ *Ibidem*, p. 572 A687 B715

Para Deleuze, o conceito da Ideia kantiana é, ele mesmo, uma ilusão transcendental.³¹ A unidade operaria como um pressuposto na orientação faraônica da crítica, subsumindo o exercício kantiano. Um dos pontos da famosa crítica deleuziana a imagem moral do pensamento é justamente o da orientação do pensamento por um pressuposto de identidade; tratar-se-ia de uma instância pré-filosófica não justificada que teria se imposto na tradição assumindo a feição do que seria pensar. Disto podemos derivar duas das críticas de Deleuze a Kant: o de tomar o transcendental à imagem do empírico³² e de se ater ao mero condicionamento sem se ater a gênese³³. Quanto a primeira, a unidade é o que está dado, mas disso não se pode inferir que a condição própria de toda dação seja ela mesma isomórfica a esse dado. Para Deleuze, o dado enquanto identidade da experiência é produzido em sua realidade pela diferença e pela Ideia em sua atualização; seria ele mesmo uma ilusão necessária objetiva. Por outro lado, na filosofia de Kant, a identidade leva a um condicionamento exógeno na medida em que o filósofo germânico pensa a individuação a partir da imposição hilemórfica da forma categorial sobre a experiência³⁴, e, conseqüentemente, das Ideias racionais sobre as categorias.

Nesse sentido, Deleuze pretende pensar um princípio de individuação que não seja alheio aquilo que ele individua, no espírito da crítica feita a tradição filosófica por Gilbert Simondon³⁵. A condição genética da experiência deve, então, ser pensada como estritamente imanente; nenhuma oposição entre agente e produto, entre forma e matéria, mas uma condição que não excede o condicionado, um princípio imanente àquilo que é instanciado. Nestes sentido, ele aponta que, para Kant, dois momentos das Ideias têm características extrínsecas, a determinabilidade e a determinação completa, pois se indeterminável em si mesma, ela só é determinada a partir da exterioridade referencial analógica dos objetos da experiência e dos conceitos do entendimento.³⁶ Assim, Deleuze procura uma reconceptualização da Ideia que a torne puramente imanente, que não necessite mais de fundamentação externa, mas possa ter em si o seu próprio fundamento genético.

³¹ “Deleuze alarga o escopo da ‘ilusão transcendental’ para incluir em seu seio o conceito de identidade *per se* enquanto fundamento do pensamento, seja esta identidade trabalhada na forma de uma entidade metafísica transcendente (Deus, Mundo, Alma) ou na forma da identidade metafísica formal de sujeito e objeto enquanto fundamento da relação do pensamento.”(McMahon, M, 2009, p. 95)

³² Deleuze, G., 2000, p. 245

³³ *Ibidem*, p. 272

³⁴ *Ibidem*, p. 451

³⁵ Simondon, G., 2008.

³⁶ Deleuze, G., 2000, p. 286

As Ideias, para Deleuze, na medida em que são desprovidas da sua transcendência extrínseca, possuem um uso imanente e constitutivo mesmo que ainda transcendentem e especulativas. A ideia da Ideia é, com efeito, reguladora e especulativa, mas ela em si mesma só pode ser imanente e constitutiva uma vez que deve responder a gênese própria do entendimento e da sensibilidade a fim de se evitar o problema do hilemorfismo categorial. No entanto, não é a identidade capaz de realizar tal função, mas, antes, a diferença e a multiplicidade.

Este desenvolvimento conceitual segue a esteira de Nietzsche e seu martelo e procura destituir as essências e, por consequência, qualquer unidade transcendente capaz de responder pela experiência empírica. No entanto, isso não impede Deleuze de procurar um outro tipo de transcendental³⁷, um transcendental imanente a si próprio e não mais ao Eu, a Deus ou ao Mundo. A Ideia, então, é completamente imanente. Estando para além da experiência, não pode ser feita à imagem e semelhança dela; antes, consiste no regime da própria diferença que, através de um movimento sem critério extrínseco, deriva na experiência empírica e também no pensamento: a Ideia é a gênese do entendimento e sensibilidade.

Para Deleuze, as Ideias são “virtuais, problemáticas ou 'perplexas', feitas de relações entre elementos diferenciais.”³⁸ e nelas há “uma unidade objetiva problemática interna do indeterminado, do determinável e da determinação.”³⁹ O requisito da imanência demanda essa unidade objetiva; ela é objetiva, pois não remete, diferentemente de Kant, a uma analogia com base na hipóstase das formas de manifestação à subjetividade.⁴⁰ O mesmo vale para a noção de problema: este já não é mais um estado transitório na elucidação das soluções, nem mesmo uma insuficiência em relação a capacidade de conhecimento do sujeito, mas, sim, plenamente objetivo: “o ‘problemático’ é um estado do mundo, uma dimensão do sistema e até mesmo seu horizonte, seu foco.”⁴¹ Por essa definição, vê-se logo como a Ideia não pode ser nada além de problemática. O que Deleuze realiza é a concessão de um estatuto ontológico a este indecível e indeterminado: o problema não é mais um fora da experiência

³⁷ Deleuze procura uma transcendental imanente que não se diga das disjunções ou hipóstases da relação subjetiva com o mundo, mas antes advenha de uma dimensão a-subjetiva e impessoal. Quanto a isso, cf. Deleuze, G., 2016.

³⁸ Deleuze, G., 2000, p. 395

³⁹ Ibidem, p. 285

⁴⁰ Por mais que as Ideias, em Kant, sejam ilusões objetivas, essa objetividade só é possível pela analogia com o sujeito.

⁴¹ Ibidem, p. 444

possível a um sujeito, mas uma exterioridade imanente à constituição da experiência concreta enquanto sua solução. A indeterminação do problema, assim, relaciona-se ao primeiro momento da Ideia, e se esta, no sentido Kantiano, possui a sua determinabilidade a partir da analogia com os objetos da experiência, para Deleuze essa determinabilidade será dada apenas pela própria indeterminação em si mesma.

Desse modo, Deleuze vai até o cálculo diferencial a procura dos recursos conceituais para se pensar a identidade problemática do indeterminado, da determinabilidade e da determinação. Sua inspiração é Salomon Maimon, filósofo pós-kantiano que procurou uma solução leibniziana para os problemas da filosofia crítica. Por mais que a inspiração seja advinda das matemáticas, não se trata de modo algum de supor nesta ciência a verdade da filosofia ou de subscrever a essa última a função de mero apêndice ou comentário da primeira; a utilização da matemática é diafórica, tratando-se antes de uma transposição conceitual entre domínios afim de se obter um modelo de análise investigativo. 42

O cálculo surge como necessidade de se pensar determinações de áreas a partir de quantidades infinitesimais; os diferenciais são definidos como valores infinitamente pequenos ao ponto de desaparecer. Tomando como base a notação dx/dy elaborada por Leibniz em sua invenção do cálculo, Deleuze escreve que tal símbolo

[...] aparece ao mesmo tempo como indeterminado, como determinável e como determinação. A estes três aspectos correspondem três princípios que formam a razão suficiente: ao indeterminado como tal (dx, dy), corresponde um princípio de determinabilidade; ao realmente determinável (dy/dx), corresponde um princípio de determinação recíproca; ao efetivamente determinado (valores de dy/dx), corresponde um princípio de determinação completa. 43

Dx e Dy representam, respectivamente, um acréscimo infinitamente pequeno e não nulo nos valores de x e de y . 44Esses dois valores são indeterminados: a determinação deles só pode se dar em relação ao outro. A sua indeterminação traz em si a determinabilidade a partir da relação; o ponto, como sublinhado por Roque, na invenção matemática de Leibniz, precursora da acepção moderna de função, é precisamente o de pensar a determinação de quantidades a partir de outras quantidades e

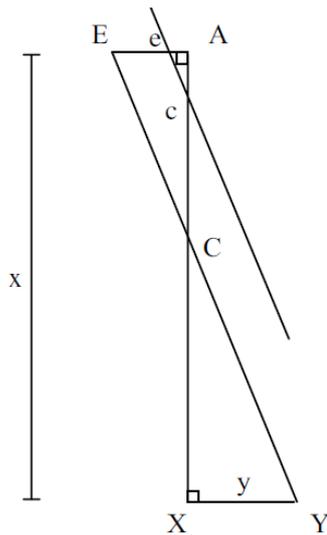
⁴² Cf. Deleuze, G., 2000, p. 303

⁴³ Ibidem, p. 287

⁴⁴ Duffy, S., 2013, p. 10

não apenas de determinados valores já dados.⁴⁵ Assim, a importância do par dx/dy é a de permitir uma determinação que não seja extrínseca aos seus termos, mas antes interna a eles. Trata-se justamente da relação de duas variações que só podem se determinar na sua mútua relação. A sua determinabilidade não é a partir da imposição de uma unidade sobre uma multiplicidade, mas da respectiva implicação de multiplicidades entre si.

A fim de deixar esse aspecto mais claro, remetermos a seguinte figura, proposta por Leibniz e retomada por Smith⁴⁶ em seu comentário sobre Deleuze:



Na presente figura temos um triângulo AEC e outro CXY. A razão entre e/c é igual a $y/(x-c)$. Se aproximados a reta EY até o ponto A, mantendo o mesmo ângulo, a tendência é que o triângulo AEC fique cada vez menor, até o ponto em que desaparece em A. No entanto, por mais que a largura referente aos lados do triângulo tendam a 0 e alcancem zero em A, a sua relação de proporcionalidade em relação a razão x/y se mantém. O triângulo subsistiria virtualmente atestando a permanência da relação por mais que os valores sejam indeterminados e o triângulo tenha desaparecido.⁴⁷ Esta permanência e este desaparecimento não impedem que haja uma possibilidade de

⁴⁵ Roque, T., 2012, p.356

⁴⁶ Smith, D., 2008, p.10

⁴⁷ “Nesse caso e e c são iguais a 0, a relação e/c não é igual a zero, dado que se trata de uma relação perfeitamente determinável igual a y/x , Inassinável e ainda perfeitamente determinada. É por isso que o cálculo infinitesimal é uma descoberta matemática tão maravilhosa: o milagre é que a relação diferencial dx/dy não é igual a zero, mas antes tem uma quantidade finita expressiva, que é a diferencial derivada da relação de x para y .” (Ibidem, p.11)

determinação a partir justamente da razão x/y .⁴⁸ No caso, poderíamos acrescentar indefinidamente valores aos lados dos dois triângulos (dx , dy) e posteriormente determinar valores a partir da relação entre eles. Como escreve Roque, trata-se de uma “relação cujo estatuto é independente dos estatuto dos termos que a compõe.”⁴⁹ Um exemplo, citado por Leibniz e retomado por Roque⁵⁰, é bastante ilustrativo: em uma cidade, o número de olhos dos seus habitantes será sempre o dobro do número de narizes, pouco importando a quantidade precisa de moradores. O cálculo infinitesimal pretende justamente operacionalizar essa permanência autônoma das relações a fim de se ir para além das figuras ou números assinaláveis.

O contínuo de variações expresso por (dx,dy) remete ao conceito de multiplicidade contínua ou virtual.⁵¹ Tal conceito remete a uma organização imanente do múltiplo enquanto tal, sem a necessidade exógena de uma unidade transcendente enquanto forma de determinação, seja a partir de gêneros, espécies, ou qualquer telos. Como coloca Zourabichvili, o conceito de multiplicidade serve para pensar a “coisa de tal modo que não tenha mais unidade a não ser através de suas variações e não em função de um gênero comum que subsumiria suas divisões.”⁵² Expressa um contínuo não discreto, não composto de somas de parte extra partes, mas intensivo.⁵³

É neste sentido que caráter indeterminado de (dx,dy) expressa uma pura “quantitabilidade”; a possibilidade de qualquer quantidade discreta deriva antes da relação na qual ela se constitui, sendo sempre determinada em um contínuo de variação onde não há ainda números, quantidades determináveis: não 1,2,3... mais um fluxo.⁵⁴ Os quanta e os quantitas⁵⁵ não seriam elementos dados, mas antes derivam de um

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Roque, 2012, p.362

⁵⁰ Idem

⁵¹ Uma multiplicidade atual seria corresponde ao diverso e ao numérico, sendo discreta e composta por partes individuadas assinaláveis.

⁵² Zourabichvili, F., 2004, p. 12

⁵³ É necessário frisar que a noção de infinitesimal como quantidade infinitamente pequena não é subscrita em sua totalidade por Deleuze; sua análise segue desenvolvimentos posteriores do cálculo onde as infinitesimais já não correspondem mas um mínimo infinito de quantidade, mas sim, a uma pura variação não-quantitativa. Quanto a isso, Cf, Duffy, 2013, p.40-3

⁵⁴ É interessante notar como Newton, no seu desenvolvimento próprio do cálculo diferencial o denominava como “método de fluxões.” (Ibidem, p.11)

⁵⁵ Quanta e quantitas são trabalhados em relação a uma quantidade assinalável à intuição sensível ou ao entendimento; no primeiro, seriam a quantidade “fixa” individuada e extensiva (grandeza) em uma experiência enquanto o segundo seria quantidade numérica como dada ao entendimento por conceitos. (quão grande?) O puro elemento da quantitabilidade “não se confunde com as quantidades fixas da intuição (quantum), nem com as quantidades variáveis como conceitos do entendimento (quantitas). [...] Como objetos da intuição, os quanta têm sempre valores particulares; e mesmo unidos numa relação fracionária, cada um guarda um valor independente de sua relação. Como conceito do entendimento, a

contínuo relacional, só podendo ser ditos dele. Quando Deleuze escreve que a multiplicidade não é nem o uno nem o múltiplo é justamente porque ela não possui quantidade assinável, mas apenas uma intensidade virtual contínua: “a continuidade, tomada com sua causa, forma o elemento puro da quantitabilidade.”⁵⁶ 57

A determinabilidade remete ao segundo aspecto, a determinação recíproca de Dx/Dy . Estes, apesar de tomadas isoladamente não possuírem nenhum valor, são determináveis a partir da sua relação. Mas não se trata de constantes postas em relação nem de indivíduos constituindo relações entre si; a determinação recíproca atesta o acoplamento de variações com variações, e, por conta disso, permitem uma implicação mútua das Ideias. X e Y , dx e dy , não são nada senão multiplicidades contínuas, não são números determinados que entrariam em uma relação externa; antes a relação é entre elementos pré-individuais. Se Ideias são multiplicidades, o modo genético dessas multiplicidades em sua imanência requer apenas a determinação recíproca de uma variação com outra variação (sendo aqui as variações puras, ou seja, não imediatamente assinaláveis a nenhum valor particular).⁵⁸

O triângulo virtual exposto acima permite que se trace uma tangente em relação a curva; essa tangente é pensada afim de se precisar o comportamento da curva em determinado momento preciso (ela é a derivada da relação diferencial.) Essa operação responde a diversos problemas físico-matemáticos, por exemplo: como precisar a velocidade precisa de um corpo em queda livre (cuja função expressa uma curva) em um exato momento? Aqui, temos o velho problema de Zenão. Se a velocidade é tempo/distância percorrida, num tempo infinitamente pequeno teríamos uma igualdade entre estes dois valores: a cada instante da queda, o corpo está em repouso, pois a relação entre a distância percorrida e o tempo se iguala. No entanto, a distância infinitesimal percorrida em um tempo igualmente infinitesimal pode ser traçada pelo mesmo método que permite determinar o triângulo virtual. A área de um círculo pode ser concebida como uma série de polígonos com lados infinitos que tendencialmente convergiram para o perímetro (método da exaustão). Esse limite de convergência infinita é o que o cálculo permite analisar. Do mesmo modo que,

quantitas tem um valor geral, a generalidade designando aqui uma infinidade de valores particulares possíveis, do mesmo modo que a variável pode recebê-los.” (Deleuze, G., 2000, p. 288)

⁵⁶ Idem

⁵⁷ No capítulo dedicado a constituição da experiência a partir da Ideia, Deleuze diz que a intensidade é “a diferença na quantidade, aquilo que há de não anulável na diferença de quantidade, de não igualável na própria quantidade: ela é, portanto, a qualidade própria da quantidade.” (Deleuze, G., p. 376) Aqui, Deleuze associa a qualidade própria da quantidade a pura quantitabilidade.

⁵⁸ Ibidem, p. 166

conforme deslocamos a linha da figura precedente para a direita os valores dos lados do triângulo tendem a desaparecer, os lados dos polígonos que preenchem determinada curva também se tornam virtuais, mantendo-se tais como os do triângulo, determináveis a partir da relação entre dx/dy . O prolongamento de um lado do triângulo formaria uma tangente a curva; podemos imaginar a curvatura como composto de infinitas retas. Se tomarmos estas como hipotenusas de polígonos (triângulos), o prolongamento de qualquer umas delas pode formar uma tangente “saindo” da curvatura. Os polígonos tendencialmente infinitesimais no interior da curva, se vistos como triângulos virtuais (dado que tendem a desaparecer tal como na figura acima), permitem que suas hipotenusas possam ser mapeadas “como um lado do polígono infinitangular que, se prolongada, forma a tangente da curva.”⁵⁹ E essa tangente, dada partir da determinação recíproca de dx/dy permite derivar o comportamento da curva em determinado ponto preciso, o ponto em que a tangente a toca.

Deleuze afirma que a qualitabilidade refere-se a esse segunda característica da Ideia, a determinação recíproca. Do mesmo modo que as quantidades extensivas discretas só podem ser dadas a partir do contínuo intensivo, o mesmo deve se dar com as qualidades. Antes, a tangente derivada a partir da relação dy/dx , utilizada para se pensar o trajetória da curva em determinado momento é qualitativamente diferente da própria função da curva: a tangente, obtida através da derivação, não é do mesmo tipo que a função primitiva da curva – que expressa o seu processo de construção no plano e é dada pela operação de integração. O que indica o poder de criação de diferenças qualitativas a partir da recíproca determinação de valores que em si mesmos não são determinados.⁶⁰ O puro elemento da qualitabilidade, então, é essa capacidade de uma mútua determinação de multiplicidades indeterminadas em si mesmas de dar gênese a uma qualidade qualquer. A exemplificação matemática acima não significa que as qualidades se reportem tão somente a funções abstratas; antes, como assinalamos, a matemática possui uma função diafórica de tal modo que esse modelo responde, em outros níveis e em outros campos, a gênese das qualidades em geral, sendo os elementos pré-individuais de cada multiplicidade contínua responsável pela sua determinação específica. Assim, “a síntese recíproca das relações diferenciais, como fonte da

⁵⁹ Duffy, S., 2013 p. 94

⁶⁰ Bergen, V., p. 580

produção dos objetos reais, tal é a matéria da Ideia no elemento pensado da qualitabilidade em que ela se insere.”⁶¹

É necessário notar que a determinação recíproca deleuziana, como forma da determinabilidade, distingue-se da determinabilidade kantiana pelo fato de que não se dá mais por analogia a nenhum objeto dado na experiência, mas justamente por elementos inexperienciáveis. Não se toma mais o dado sensível como índice hipostásico para a determinação da série total de fenômenos, pois o contínuo da multiplicidade não é análogo à experiência; se há ainda uma analogia entre a razão dos lados do triângulo assinalável e o do triângulo virtual, ela não é entre objetos da experiência, mas entre duas variações contínuas.

A determinação recíproca se prolonga em determinação completa que, por sua vez, corresponde a um princípio de potencialidade. Mais ainda, há uma derivação contínua – deriva-se de uma derivada em uma série de potências exponenciais ⁶²– e dessa derivação continuada tende-se a um limite no qual se inscreve a singularidade. A noção de singularidade é um conceito matemático central para Deleuze: não mais o singular em uma disjunção com o universal, mas antes uma repartição entre o regular e o notável/singular. A determinação completa é o momento de distribuição destas singularidades: “[...] às relações diferenciais correspondem distribuições de “singularidades”, repartições de pontos notáveis e de pontos ordinários, tais que um ponto notável engendra uma série prolongável sobre todos os pontos ordinários até a vizinhança de uma outra singularidade.”⁶³ Um quadrado, por exemplo, se constrói através de pontos notáveis, singularidades (os quatro vértices) no qual se prolongam por uma série de pontos regulares (as linhas) até uma outra singularidade (os outros vértices). A figura se constitui enquanto um quadrado determinado a partir dessa distribuição. A determinação recíproca se relaciona à determinação completa pelo fato de que não seria possível a constituição do quadrado sem a mútua relação entre os vértices e seu prolongamento. Outro exemplo de singularidade é quando água, após sofrer variação térmica, evapora; o ponto preciso de individuação do líquido em vapor é uma singularidade. A singularidade expressa uma mudança de direção ou um ponto de inflexão no qual as coordenadas da determinação de determinada figura se constituem. Por exemplo, quando o símbolo dx/dy muda de sinal, quando uma curva muda sua

⁶¹ Deleuze, G., 2000, p. 290

⁶² Para uma exposição detalhada desse processo Cf. Duffy, S., 2013.

⁶³ Deleuze, G., 2004, p.119

trajetória ou quando o triângulo da figura encontra o ponto A e se torna virtual, temos pontos singulares.

O elemento puro da potencialidade remete ao fato das relações diferenciais encarnarem, em sua determinação completa, a possibilidade de solução de um problema, no sentido específico que abordamos acima; é a capacidade de, a partir da determinabilidade como dada na indeterminação, atingirmos determinado resultado. Mas esse resultado não é ele próprio algo de fechado ou inteiro, dado imutável, mas uma progressão contínua (como expressa a série exponencial se aproximando da singularidade). O ponto infinitesimal, dado aproximadamente, é passível de uma determinação contínua por uma derivação indefinida. Do mesmo que a multiplicidade contínua possui um ideal de quantificabilidade e a determinação recíproca a pura qualitatividade na medida em que as qualidades só podem emergir da sua mútua relação diferencial, a determinação completa encarna a pura potencialidade enquanto capacidade de produção de uma solução a partir dos elementos precedentes. Essa potencialidade, sendo pensada a partir da expansão de séries de potências no entorno de uma singularidade, atesta, antes de uma mera questão matemática, a progressividade da determinação e o caráter não estático da mesma. Não se atinge o valor como algo de fechado, dado, perfeitamente assinalável, mas se atinge apenas valores tendenciais a partir de um progresso indefinido de aproximações de ordem cada vez maiores.

A determinação completa de Kant se dava por uma totalidade dos possíveis se limitando uns aos outros sob a égide de um Deus arquiteto. Deleuze, com efeito, pretende substituir o possível pelo virtual: o primeiro remete a um pré-existente abstraído da realidade empírica a partir da subtração do seu predicado de realidade, enquanto o segundo não é feito à semelhança de nada de real, ainda menos preexiste a ele.⁶⁴ A determinação completa, então, não pode ser pensada como uma determinação propriamente necessária com base em uma organização preexistente, como um depósito de todos os possíveis na realidade divina encarnando-se na realidade experienciável a partir de uma seleção com base na contradição predicativa. O elemento puro da potencialidade remete não ao possível, mas ao virtual, e por isso avança, como os momentos precedentes, a indeterminação e a determinação recíproca, em direção a uma determinação progressiva.⁶⁵ O virtual, a Ideia, e a multiplicidade, na medida em que constituem uma unidade problemática, tem os seus casos de solução como seu

⁶⁴ Acerca da diferença entre o possível e o virtual, Cf., Deleuze, G., ;2000, p. 345

⁶⁵ Ibidem, p. 344

desdobramento intrínseco: nada preexiste no virtual em relação a sua atualização. Deste modo, a pura potencialidade é a forma da atualização, sua condição de possibilidade imanente. Se a determinação completa em termos de distribuição de singularidades ainda não está dada na experiência sensível, é esse o último momento de constituição da sua metade virtual. Escreve Deleuze:

A determinação deve ser uma determinação completa do objeto e, todavia, formar apenas uma parte dele. O completo é apenas a parte ideal do objeto, a que participa, com outras partes de objetos, da Idéia (outras relações, outros pontos singulares), mas que nunca constitui uma integridade como tal. O que falta à determinação completa é o conjunto das determinações próprias da existência atual. 66

A multiplicidade problemática se encarna no diverso da experiência, formando entes assinaláveis, constituindo a experiência real. A relação tende a produzir os seus termos e a diferencial como símbolo da diferença se anula sob a forma da identidade dos mesmos. A “integração” – ou seja a criação de uma função primitiva da curva a partir da derivada que Deleuze coloca como sinônimo da atualização⁶⁷ – corresponde a um processo concreto de gênese experiencial a partir do virtual.⁶⁸ A Ideia se explica, se torna extensiva, constituindo “dinamismos espaço temporais” e os objetos que os povoam. Vamos da diferença transcendental à diversidade empírica na qual a identidade e a unidade são, finalmente, dadas. É o processo de individuação.

Tomando o exemplo de uma panela de água no fogão, temos uma multiplicidade intensiva indeterminada de átomos e moléculas agitados, se determinando reciprocamente até que ocorre uma distribuição de singularidades, os pontos de ebulição: aqui uma mudança qualitativa se impõe na experiência, a água se torna vapor. O vapor se individua a partir de uma continuidade intensiva que se autodetermina na medida em que se atualiza. A individuação é precisamente “o ato da intensidade que determina as relações diferenciais a se atualizarem, de acordo com linhas de diferenciação, nas qualidades e nos extensos que ela cria.”⁶⁹ Todos os movimento precedentes tendem à individuação e ela, diferente do caso kantiano, não se dá pela imposição hilemórfica do esquema, mas por uma gênese relacional intestina que vai do

⁶⁶ Ibidem, p. 342-343

⁶⁷ “A esse respeito, quatro termos são sinônimos: atualizar, diferenciar, integrar, resolver. A natureza do virtual é tal que atualizar-se é diferenciar-se para ele. Cada diferenciação é uma integração local, uma solução local, que se compõe com outras no conjunto da solução ou na integração global” (Ibidem, p. 345)

⁶⁸ Ibidem, p. 343

⁶⁹ Ibidem, p. 398

virtual ao atual (e vice-versa). No exemplo da água, virtualmente, as coordenadas dessa transformação sensíveis já estão dadas e são correlatas, contemporâneas e coextensivas, às transformações reais que o líquido passa em sua vaporização. É necessário frisar, mais uma vez, que a utilização de recursos matemáticos por Deleuze não significa uma eminência pitagórica da matemática sobre a experiência sensível; antes, como, no exemplo acima, podemos ver como o procedimento virtual em sua unidade problemática – indeterminação, determinação recíproca, determinação completa – é rigorosamente coextensivo a um movimento de determinação progressiva e de individuação na experiência sensível.

Esse movimento do virtual para o atual não pode ser concebido como um movimento de determinação unilateral ou como se houvesse qualquer iminência do virtual ao atual. As Ideias são implicadas ou seja, em mútua penetração sem que se possa sobrescrever-las a nenhuma identidade essencial, mas apenas subscrevê-las sob certos princípios operacionais que determinam campos de individuação variados. Há uma Ideia biológica, uma Ideia física, uma Ideia social, que, por sua vez, são compostas horizontalmente por uma pluralidade múltipla de outras Ideias físicas, biológicas, sociais... A “perplicação”⁷⁰ expressa justamente esse processo de coexistência virtual de todas as Ideias em um caos amorfo de pura continuidade (nível da complicação⁷¹). Cada Ideia é uma multiplicidade virtual, o que interdita que se veja nelas a eminência de uma unidade (mesmo que estrutural) sobre a qual se subsumiram outras Ideias. Elas próprias entrem num regime de mútua determinação e derivação de tal modo que acreditamos ser apenas possível referenciar-las analiticamente, ou seja tomando o contexto específico. Deleuze pretende substituir a pergunta clássica “O que é” por “quem?, quanto?, como?, onde? quando?”⁷² de tal modo a colocar a determinação virtual e atual de qualquer ente dentro das coordenadas de uma experiência real. As Ideias, assim neste contexto, são as instâncias genéticas da experiência, mas é sempre necessário frisar que elas não são dadas para além, em um outro mundo, à parte daquilo que elas instanciam. A unidade objetiva problemática guarda na sua multiplicidade todos os momentos da sua gênese.

⁷⁰ “As Ideias, as distinções de Ideias, não são separáveis de seus tipos de variedades e da maneira pela qual cada tipo penetra nos outros. Propomos o nome de perplicação para designar este estado distintivo e coexistente da Ideia.” (Ibidem, p.311)

⁷¹ “Chamamos *complicação* o estado do caos que retém e compreende todas as séries intensivas atuais correspondentes a estas séries ideais, que as encarnam e afirmam sua divergência. Além disso, o caos recolhe em si o ser dos problemas e dá a todos os sistemas e a todos os campos que se formam nele o valor persistente do problemático.” (Ibidem, p. 445)

⁷²Cf. Deleuze, G, 2004, p. 113

5. Considerações Finais

Pretendemos ao longo desse trabalho ter exposto a teoria das Ideias em Deleuze a partir da sua fonte kantiana. O seu projeto é de uma reinscrição ontológica da Ideia kantiana, onde ela já não se diz mais do sujeito para o mundo, mas do mundo como instância de constituição da experiência do sujeito e do próprio sujeito. Temos nas Ideias a resposta de Deleuze ao dualismo kantiano, a diferença entre conceito e intuição, com o conseqüente uso dos esquematismos. A Ideia em sua unidade problemática não tem mais critério extrínseco como em Kant, pois os três momentos (indeterminação, determinabilidade, determinação) estão nelas reunidos de tal modo a assegurar uma gênese imanente. A Ideia já não tem nada de empírico, dado que se dá no domínio infinitesimal inassinalável pela experiência subjetiva; a multiplicidade virtual da Ideia é dissimétrica em relação ao sensível. Por fim, elas atendem a necessidade de se pensar a experiência real e não apenas a possível, pois a individuação não é dada sobre a forma de um esquema transcendental, mas de um processo imanente que vai do problemático a sua solução. As Ideias não constituem um campo de possíveis, mas uma multiplicidade virtual, expressando uma condição que não excede o condicionado; nenhuma Ideia está pronta como uma estrutura pairando no ininteligível à espera da sua realização.

Assim, as Ideias para Deleuze não são tomadas por um decalque do empírico no transcendental, não são um incondicionado para além das condições da experiência real, não possuem apenas um uso regulativo, mas também constitutivo empiricamente. O pressuposto da unidade, então, se vê assim invertido: da diferença, da relação diferencial, uma determinação progressiva no qual as identidades são produzidas. Se para Kant as Ideias são objetos de ilusão necessárias, para Deleuze, as Ideias são a fonte genética das ilusões identitárias que constituem os objetos da experiência. A crítica kantiana, assim, roda em seus eixos.

Bibliografia:

BERGEN, Veronique. *L'ontologie de Deleuze*. Paris: L'Harmattan, 2001.

DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado
Lisboa: Relógio D'água, 2000.

_____ Conversações. Trad. De Peter Pál Perlbart. São Paulo: Editora 34,
2013.

_____ O Método da Dramatização. In: A Ilha Deserta e outros textos. Trad.
de Christian Pierre Kasper. São Paulo: Editora Iluminuras; 2004.

_____ Nietzsche e a filosofia. Trad. Ruth Dias e Edmundo Fernandes. Rio de
Janeiro: Editora Rio, 1974.

_____ Imanência: uma vida. Trad. Sandro Kobol. In: Limiar, vol. 2, nº 4,
2016.

DUFFY, Simon. Deleuze and the History of Mathematics: In defense of the new.
Londres/ Nova Iorque, Bloomsbury Academic, 2013.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Trad. de Valerio Rohden e Baldur
Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, [1787] 1996.

_____ Crítica da Razão Pura. Trad. de Manuel Pintos dos Santos e
Alexandre Mourão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1781/1787] 2001.

_____ Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se
como ciência. Trad. de Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, [1783] 1988.

KERSLAKE, Christian. Immanence and the Vertigo of Philosophy. Edimburgo:
Edinburgh University Press, 2009

LEBRUN, Gérard. Kant e o fim da metafísica. São Paulo: Martins Fontes, 2002

MCMAHON, Melissa. Immanuel Kant. In: Deleuze's Philosophical Lineage.
Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009

ROQUE, Tathiana. História da Matemática: desfazendo mitos e lendas. Rio de Janeiro:
Zahar, 2012.

SIMONDON, Gilbert. La individuación a la luz de las nociones de forma y
información. Trad. de Pablo Esteban Rodríguez. Cactus. Buenos Aires, 2009.

SMITH, Daniel. *Essays on Deleuze*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2012.

_____The Conditions of the New. In: *Deleuze Studies*, Volume 1, p.1-21, 2008.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016.